



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO-EXTRAJUDICIAL

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO	
Comarca/Juízo: 1º OFÍCIO DE REGISTROS DE NOVO REPARTIMENTO – COMARCA DE NOVO REPARTIMENTO	
Polo/Região Judiciária: TUCURUI	
Magistrado(a) corrigente:	LUCIO BARRETO GUERREIRO

EDITAL DE CORREIÇÃO	
Data de publicação:	
Data de abertura da correição: 21 DE OUTUBRO DE 2024	
Data de encerramento da correição: 21 DE OUTUBRO DE 2024	
Observações:	

DADOS GERAIS DA SERVENTIA	
Nome oficial da serventia: 1º OFÍCIO DE REGISTROS – 1279	
Código Nacional da Serventia (CNS): 06.755-3	CNPJ: 06.269.397/0001-06
Endereço: Rua Rio Araguaia, Lote 02, Quadra 18 A, Parque Marajo	
Telefone fixo:	Celular: (94) 991840282/ (94) 991675442
e-mail: cartoriorepartimento@hotmail.com	Celular Plantão (RCPN): (94) 991840282
ATRIBUIÇÕES	
<input type="checkbox"/> Tabelionato de Notas <input type="checkbox"/> Tabelionato de Protesto <input checked="" type="checkbox"/> Registro de Imóveis <input checked="" type="checkbox"/> Registro de Título e Documentos	<input checked="" type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Naturais <input checked="" type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Jurídicas <input type="checkbox"/> Registro de Distribuição

DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE

IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)	
<u>Nome do(a) Responsável pelo Cartório:</u> NATIANE SANTOS SOARES	
Status do(a) responsável: <input type="checkbox"/> Titular <input checked="" type="checkbox"/> Interino(a) <input type="checkbox"/> Interventor(a)	CPF: 001.153.605-57
Endereço: Rua Rio Araguaia, Lote 03, Quadra 16, Parque Marajo	Ato de nomeação: Portaria nº 2951/2022-GP Data da posse/exercício: 17/08/2022
Telefones: (94) 992788960	E-mail: natktoni1980@gmail.com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO (A) LEGAL	
<input type="checkbox"/> Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: Nayara Kattelen Ramos Gaia	
CPF: 013.290.022-02	Portaria de designação: nº 019/2022
Endereço: Rua Rio Arataú, nº 18, Qd. 23, Bairro Dom Pedro I	Telefones (94) 991566770 E-mail: nayarak73@gmail.com
1	Adesignação de substituto(a) legal observou os requisitos do art. 24 do Código de Normas? <input checked="" type="checkbox"/> Regular pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. <input type="checkbox"/> Irregular. Motivo: Observações/Providências: Portaria apreentada e encaminhada via PDF:
PREPOSTOS	
<input type="checkbox"/> Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
2	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
3	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
4	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral da Justiça? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO	
5	As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispendo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento ao usuário, com conforto, proteção à saúde e segurança? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
6	O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
7	Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8	<p>Oselementosdeidentificaçãoodeserviçodelegadosãobemapresentados,possuindosinalizaçãocomplacafixadeidentificação,emmaterialresistente,com osseguintesdados: a) nomeoficialdocartórioeanaturezadosserviços; b) horáriodefuncionamento; c) número de telefonee, no caso decartórioderegistrocivildepessoas naturais, número de contato telefônico fixooucelular paraplantãoaossábados,domingoseferiadoscivisereligiosos. (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
9	<p>Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
10	<p>As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
11	<p>Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
12	<p>O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispondo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
13	<p>As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO	
15	<p>O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
16	<p>Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

18	Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
19	Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
20	O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
21	As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, defácil leitura e acesso ao público? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
22	É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
23	O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
24	São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN-Tomo II? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
25	As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
26	A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como utilização de livro auxiliar (Prov. CNJ nº 149/2023 - arts. 42 a 51, e arts. 185 a 193)? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
27	Existem práticas viciosas a serem coibidas? ()SIM (X)NÃO Observações/Providências:
DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO	
28	Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

29	Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? (X)SIM ()NÃO Observações/Providências:
30	Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30(trinta) dias? (X)SIM ()NÃO Observações/Providências:
31	Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? (X)SIM ()NÃO Observações/Providências:
32	Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (X)SIM ()NÃO Observações/Providências:
33	Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (X)SIM ()NÃO Observações/Providências:
34	Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correções (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, I)? (X)SIM ()NÃO Observações/Providências:
35	Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, II)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentro daquelas autorizadas pelo art. 8º do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? (X)SIM ()NÃO Observações/Providências:
36	Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, III)? (X)SIM ()NÃO ()INAPLICÁVEL Observações/Providências:
37	O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (X)SIM ()NÃO Observações/Providências:
38	O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? (X)SIM ()NÃO Observações/Providências:
39	A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu escritório, conforme determina o Provimento nº 149/2023 (art. 149) do CNJ? (X)SIM ()NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

40	<p>A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos)</p> <p>() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS	
41	<p>A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema)</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
42	<p>Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência)</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
43	<p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital? (Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento).</p> <p>() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
44	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
45	<p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados)</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
46	<p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
47	<p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação)</p> <p>() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
48	<p>A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ)</p> <p>() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
49	<p>Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação)</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

50	A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar) (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
51	A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
52	Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
CERTIDÕES NEGATIVAS	
53	Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI? (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
54	Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
55	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
56	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
57	Apresentou cópia da última GPS (Guiada Previdência Social) e GFIP (Guiada Recolhimento do FGTS), comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
58	Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
59	Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
60	Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
61	Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

62	<p>O notário ou registrador implantou políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, bem como informou os dados do oficial de cumprimento no Sistema Justiça Aberta?(CNJ, Provimento 149/2023, art. 144) (X)SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
63	<p>Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf?(CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 151, caput) (X)SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
64	<p>O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 153) ()SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
65	<p>O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coafe pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas?(CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 178) (X)SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
66	<p>O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico?(CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 145, caput) (X)SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
67	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 1º do Prov. n. 149/2023, CNJ? (X)SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
68	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 2º do Prov. n. 149/2023, CNJ? (X)SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ART. 206 DO PROV. CNJ 149/2023)	
69	<p>A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

70

Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe?

- classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre)
 classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre)
 classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre)

OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça

Possui rede elétrica devidamente aterrada?

- SIM NÃO

Observação:

Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos?

- SIM NÃO

Observação:

Link de comunicação de dados megabits:*

- 2 Megabits 5 Megabits 10 Megabits Mais de 10 Megabits

Observação:

Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave?

- SIM NÃO

Observação:

Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?

- SIM NÃO

Observação:

Possui dispositivo de armazenamento (storage):

- inexistente físico virtual

Observação:

Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)?

- SIM NÃO

Observação:

Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal?

- SIM NÃO

Observação:

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

- SIM NÃO

Quantos? (especificar)

Observação:

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

- SIM NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

- SIM NÃO

Observação:

Possui softwares licenciados para uso comercial?

- SIM NÃO. Especificar

Observação:

Possui software antivírus e antissequestro?

- SIM NÃO

Observação:

Possui firewall?

- SIM NÃO

Observação:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	<p>Possui proxy? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observação:</p> <p>Possui banco de dados? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observação:</p> <p>Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte? Observação:</p>
PROVIMENTO CNJ 149/2023 E CGJN°10/2021- TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS-LGPD	
71	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até restrição de acesso futuro? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:</p>
72	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:</p>
73	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (art. 84, I e art. 88 do Provimento CNJ 149/2023)? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:</p>
74	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:</p>
75	<p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:</p>
PROVIMENTO CNJ 149/2023 – CNJ (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)	
76	<p>A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPI e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023) <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:</p>
TÓPICODE ENCERRAMENTO	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

78	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de inspeção realizado no ano anterior? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
-----------	--

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS	
1	Mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos de seu ofício? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	Todos os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
3	São feitas as remissões recíprocas e encaminhadas as comunicações com resumo do assento, dos registros ou averbações levadas a efeito na Serventia, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, no prazo de cinco dias, consoante o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
4	São feitas as anotações nos atos anteriores das comunicações recebidas de outras serventias no prazo de cinco dias consoante disposto no arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
5	Os editais de proclamas de casamento são afixados em local ostensivo da Serventia e publicados na imprensa local, consoante o disposto no art. 67, §1º, da Lei Federal 6.015/73? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
6	É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D – de registro de proclamas”, prevista nos arts. 33, inc. VI, e 43, ambos da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
7	Há juiz de paz na serventia? Como é feita sua remuneração? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de nascimento (lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais), conforme dispõe o art. 50, caput, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
9	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de casamento (distrito de residência de ao menos um dos nubentes), conforme dispõe o art. 67, caput, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
10	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de óbitos (lugar do falecimento ou no lugar de residência do <i>de cuius</i>), conforme dispõe o art. 77, caput, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
11	<p>O registro tardio de nascimento é feito no lugar de residência do interessado mediante requerimento, impressão datiloscópica e fotografia do registrando, com 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas e entrevistadas pelo Oficial e demais requisitos do Provimento nº 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
12	<p>São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no art. 2º da Lei Federal 8.560/92? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p> <p>Deve ser orientada a encaminhar pelo Sistema PJE, assim como todos os demais procedimentos de consulta e dúvida. (classe 123 – averiguação de paternidade/assunto 5804 – investigação de paternidade)</p>
13	<p>Finalizado o procedimento de alteração de nome previsto nos artigos 55 e 56 da Lei 6015/73, têm sido feitas as comunicações necessárias aos órgãos de identificação civil e TSE, preferencialmente por meio eletrônico? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>Está sendo cumprido o Provimento CNJ nº 149/2023 quanto aos itens abaixo?</p> <ul style="list-style-type: none">- prestar as informações suficientes para individualizar a pessoa requerente (nome anterior, nome atualizado, nome dos pais, data de nascimento, documento de identidade e CPF), em documento cuja autenticidade possa ser verificada; (x) SIM () NÃO- informar à pessoa interessada que a retificação do seu prenome no Cadastro Eleitoral deverá ser por ela requerida à Justiça Eleitoral, mediante operação de revisão, o que é indispensável para possibilitar que certidões eleitorais e o caderno de votação contemplem o nome atual (x) SIM () NÃO <p>Observações/Providências:</p>
15	<p>Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no art. 30, §3º-C, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

16	<p>É observado o sistema de plantão nos sábados, domingos e feriados, conforme art. 4º, §1º, da Lei Federal 8.935/94? Possui aviso ao público do horário e local do plantão da serventia?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>Nos assentos de nascimento e óbito é obedecida pelo registrador, a grafia correta no nome dos registrandos, bem como é observada a vedação legal de registro de prenomes que exponham ao ridículo?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
18	<p>Antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo-DNV, conforme Recomendação nº 43/CNJ/2019?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
19	<p>Está sendo obedecido o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para encaminhamento dos dados registrais das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, para os Institutos de Identificação, para efeito de emissão de registro de identidade, nos termos do Provimento 149/2023 -CNJ?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
20	<p>Os registros de nascimento e os assentos de óbitos contêm os requisitos exigidos, respectivamente, dos arts. 54 e 80 da Lei Federal n. 6.015/73, bem como seguem os padrões mínimos definidos pelo Provimento 63/2017- CNJ e Provimento 149/2023-CNJ?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
21	<p>A Serventia formaliza a notificação ao Juiz Corregedor Permanente, Ministério Público e/ou Polícia em caso de registros de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
22	<p>São atendidas as determinações do Provimento nº 149/2023 do CNJ que instituiu a Central de Registro Civil – CRC, quanto às digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e encaminhamento das comunicações dos registros e averbações feitos na serventia?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
23	<p>O acervo da serventia está digitalizado e integrado aos sistemas CRC e SIRC?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
24	<p>São encaminhadas as comunicações mensais ao INSS, IBGE, Junta de Serviço Militar do Município, Secretaria de Saúde, Justiça Eleitoral, DETRAN e demais repartições e autoridades, consoante disposto no art. 49 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>(x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

25	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?() SIM (x) NÃO Observações/Providências:
26	A serventia está cumprindo as disposições do Provimento 149/2023-CNJ que trata sobre o cadastro, no Justiça Aberta, das unidades interligadas em funcionamento nos hospitais e maternidades? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - RTD/RCPJ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS	
1	OLivro“A”Protocolopossuicolunasdestinadasatodasasanotaçõesaqueserefereart.135daLeiFederal6.015/73? (X)SIM ()NÃO Observações/Providências:
2	NaescrituraçãodoLivro“A”Protocolosãoobservadostodososrequisitosprevistosart.146daLeiFederal6.015/73? (X)SIM ()NÃO Observações/Providências:
3	3.AescrituraçãodoLivro“A”Protocoloéencerradadiariamente,consoanteo disposto no art. 150, parágrafo único e art. 154 da Lei Federal 6.015/73? (X)SIM ()NÃO Observações/Providências:
4	São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos atos de seu ofício? (X)SIM ()NÃO Observações/Providências:
5	São anotadas no Livro de Protocolo, depois de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, as referências ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro ou a averbação, no livro respectivo, conforme previsto nos art. 135, parágrafo único, c/cart. 149, ambas da Lei Federal nº 6.015/73? (X)SIM ()NÃO Observações/Providências:
6	É observada a competência do Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, abstendo-se a serventia de registrar atos constitutivos de sociedade empresária, nos termos do art. 1.150 do Código Civil? (X)SIM ()NÃO Observações/Providências:
7	Nos casos de documento que contenha obra intelectual, o usuário é orientado a proceder ao registro na forma dos arts. 17 a 20 da Lei Federal 5.988/73, para garantir os direitos sobre a respectiva propriedade? (X)SIM ()NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8	São lavrados nas colunas das anotações no livro competente, à margem dos respectivos registros os certificados de notificação ou da entrega de registros, conforme o disposto no art. 160, §1º, da Lei Federal 6.015/73? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
9	É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D” Indicador Pessoal (art. 132, inciso IV, e art. 138 da Lei Federal 6.015/73)? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
10	Na escrituração do “Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias” são observados todos os requisitos previstos nos arts. 122, 123 e 126 da Lei Federal 6.015/73? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
11	Para o registro das sociedades, fundações e partidos políticos são observados todos os requisitos previstos no art. 120 da Lei Federal 6.015/73? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
12	Como são mantidos os arquivos dos exemplares de contratos, atos, estatutos e publicações, registrados ou verbados? São arquivados e encadernados por períodos certos (mês, bimestre, trimestre, semestre, ano), acompanhados de índice que facilite a busca e o exame? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
13	A serventia possui todos os livros próprios das atribuições de RTD/RCPJ, conforme legislação em vigor? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
14	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto ao intercâmbio de documentos eletrônicos e de informações?(Prov.CNJ149/2023) ()SIM (x) NÃO Observações/Providências:
15	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção e o envio de títulos em formato eletrônico?(Prov.CNJ149/2023) ()SIM (x) NÃO Observações/Providências:
16	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a expedição de certidões e prestação de informações?(Prov.CNJ149/2023) ()SIM (x) NÃO Observações/Providências:
17	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a formação de repositórios registrares eletrônicos para o acolhimento de dados e o armazenamento de documentos?(Prov.CNJ149/2023) ()SIM (x) NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

18	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção de títulos em formato físico para fins de inserção no próprio sistema e envio para cartório de outra comarca?(Prov.CNJ149/2023) ()SIM (x) NÃO Observações/Providências:
19	A serventia está cumprindo a Orientação Institucional nº 002/2023 do IRTDPJ (obrigatoriedade de adesão à Redesim), disponibilizada para todos os cartórios do Estado do Pará a partir de novembro/2023? * Item inserido para as Correições em 2024 por força de Decisão/Ofício Circular expedida no PJECor nº 0004223-03.2023.2.00.0814 (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
20	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correição realizado no ano anterior? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:

MODELO DE RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS	
1	Os títulos apresentados são protocolizados no momento de sua entrada na Serventia, consoante o disposto no art. 182 da Lei Federal 6.015/73, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 12 daquela Lei?? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
2	É fornecida à parte documento comprobatório do protocolo dos títulos contendo seu número de ordem? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
3	A escrituração do Livro nº 01 – Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 184 da Lei Federal 6.015/73? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
4	Na escrituração do Livro n. 01 – Protocolo - tem-se observado o disposto no art. 175 da Lei Federal 6.015/73? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
5	São canceladas as prenotações, decorridos 20 (vinte) dias do seu lançamento no Protocolo, dos títulos não registrados por omissão do interessado em atender às exigências legais, consoante o disposto no art. 205 da Lei Federal 6.015/73? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:
6	Na escrituração do Livro n. 02 – Registro Geral - tem-se observado o disposto no art. 176 da Lei Federal n. 6.015/73? (X)SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do “Livro nº 4 – Indicador Real” (art. 173, inciso IV, e art. 179 da Lei Federal 6.015/73) e do “Livro nº 5 – Indicador Pessoal” (art. 173, inciso V, e art. 180 da Lei Federal 6.015/73), os quais poderão ser substituídos pelos sistemas de fichas?</p> <p>(X)SIM ()NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
8	<p>Os livros da serventia contêm assinaturas, rubricas, números de página se termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração?</p> <p>(X)SIM ()NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
9	<p>Para os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), é concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) prevista no art. 290 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>(X)SIM ()NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
10	<p>São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos loteamentos, consoante o disposto no art. 18 da Lei Federal 6.766/79 e incorporações imobiliárias, cf art. 32 da Lei 4591/64?</p> <p>(X)SIM ()NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
11	<p>Em relação à pergunta anterior, no caso de não serem regularmente apresentados os documentos exigidos, o oficial fez o registro, ou suscitou dúvida na forma devida?</p> <p>(X)SIM ()NÃO</p> <p>Observações/Providências: suscita dúvida</p>
12	<p>Para individualização e discriminação das unidades imobiliárias, é observado o disposto no art. 44 Lei 4.591/64?</p> <p>(X)SIM ()NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
13	<p>É encaminhada à Secretaria da Receita Federal a “Declaração sobre Operações Imobiliárias–DOI”, consoante o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.510/76 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010?</p> <p>(X)SIM ()NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos de sua competência?</p> <p>(X)SIM ()NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
15	<p>Definida nova circunscrição geográfica do imóvel matriculado, o oficial da nova circunscrição encaminha, por meio de ofício, no prazo de 05 (cinco) dias, certidão da abertura da matrícula ao oficial da circunscrição anterior, a fim de que este proceda à respectiva averbação, acompanhado dos emolumentos e taxas devidos, cobrados do interessado na abertura da nova matrícula?</p> <p>(X)SIM ()NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

16	<p>Na hipótese acima, o ofício e a respectiva certidão são arquivados em ambos os serviços registrares, sendo que o receptor arquivava os originais e o expedidor uma cópia? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>São observadas as disposições dos arts. 878 do CN referentes às aquisições de imóveis rurais por estrangeiros? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
18	<p>Todas as aquisições e arrendamentos de imóveis rurais por estrangeiros são trimestralmente comunicadas ao INCRA e mensalmente à Corregedoria-Geral de Justiça? Conforme determina o art. O art. 879 do CNSNR/PA. Elas têm sido atualizadas no CNIB? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
19	<p>A abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites tem observado as disposições do Provimento 149/2023-CNJ? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
20	<p>São atendidas as determinações do provimento nº89/2019(CNJ) relativas ao Sistema de Registro Eletrônico de imóveis-SREI (quanto as digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e carga das informações? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
21	<p>As notas de exigências são apresentadas de forma clara, de uma única vez, com a indicação expressada regra legal ou administrativa, ou princípio jurídico que o fundamenta, conforme exigido pelo Provimento 07/2022-CGJ? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
22	<p>O procedimento de suscitação de dúvida obedece as determinações do art. 198 da Lei 6015/73? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
23	<p>São adotadas todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do art. 231, §6º, da CF/88; art. 246, §§3º e 4º, e art. 250, IV, da Lei n.º 6.015/73, para que sejam declarados nulos e ineficazes os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio ou a posse de terras indígenas?(Meta 17 do CNJ) (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
24	<p>O oficial apura e recolhe a cota de participação do FIC/SREI, efetuando o pagamento até o último dia de cada mês?(Provimento CNJ nº115/2021) (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
25	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ e consulta o banco de dados da Central Nacional de Disponibilidade de Bens - CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício?(CNJ, Prov. n.º39/2014) (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

26	<p>O Cartório verifica diariamente a Central de Indisponibilidade de bens (CNIB)? (X)SIM () NÃO</p> <p>Consignar data do último acesso: <u>18/10/2024</u></p> <p>Observações/Providências:</p>
27	<p>A serventia extrajudicial cumpre o art. 8º do Provimento 39 do CNJ e verifica, pelo menos na abertura e uma hora antes do encerramento do expediente, se existe comunicação de indisponibilidade de bens para impressão ou importação (XML) para seu arquivo, visando o respectivo procedimento registral? (CNJ, Prov. n. 39/2014) (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
28	<p>O cartório mantém livro auxiliar atualizado para o cumprimento do disposto no artigo 10 da Lei nº 5.709/1971? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
29	<p>O Oficial tem procedido às averbações de bloqueio e cancelamento determinadas pelos Provimentos nº 13/2006-CJCI e 02/2010-CJCI, bem como intimado o interessado para formalizar a requalificação de que trata o Provimento Conjunto nº 006/2023-CRMB/CJCI? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
30	<p>O Oficial mantém registro em banco de dados próprio e no SIAE (instrução 02/2021-CGJ) das averbações de bloqueio, desbloqueio, cancelamento e requalificação efetuadas? (pedir para ver os controles) (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
31	<p>O oficial está cumprindo as disposições do Provimento 08/2021-CGJ, que alterou a redação do art. 5º do Provimento Conjunto 08/2013-CJCI/CRMB e mantendo banco atualizado relacionando as matrículas abertas bloqueadas, desbloqueadas, canceladas e requalificadas com base nas disposições do referido ato normativo? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observação:</p>
32	<p>Estão sendo praticados os respectivos atos eventualmente existentes na CNIB (ordens e cancelamentos), dentro do prazo disposto em lei? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
33	<p>O Cartório acessar diariamente a Central de Registradores de Imóveis, no portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR), verificando todas as solicitações existentes: Pedidos de certidões, E-protocolo, pesquisa de bens, penhora online, intimações e ofícios? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
34	<p>As solicitações recebidas pelo portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR) são atendidas/prenotadas no mesmo dia? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
35	<p>O Cartório está em dia quanto ao transporte das imagens das matrículas (Exportador de Imagens) para a ONR com seus atos devidamente atualizados? (X)SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

36	É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
37	É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m ² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
38	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correção anterior? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:

OBSERVAÇÕES/PROVIDÊNCIAS:

A Correição Ordinária realizada presencialmente pela Corregedoria-Geral de Justiça no Cartório do 1º Ofício de Registros de Novo Repartimento (CSN 06.755-3), ocorreu nos dias 21 e 22 de outubro de 2024.

A serventia encontra-se vaga, cuja Oficiala Interina é a Sra. Natiane Santos Soares e possui as atribuições de Registro Civil de Pessoas Naturais, Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, bem como de Registro de Imóveis.

A serventia observa a jornada de 08:00 às 17:00 horas, com intervalo de almoço, e o atendimento ao público ocorre até às 14:00 horas. Funciona em regime de plantão aos sábados, domingos e feriados, de 08:00 às 16:30 horas, a fim de atender as demandas de Registro Civil das Pessoas Naturais relativas ao nascimento e óbito, em conformidade com o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 8.935/1994 e art. 8º, parágrafo único, da Lei n. 6015/1973, para tanto, trabalha em regime de sobreaviso, disponibilizando o número de telefone celular que fica na fachada do prédio do Cartório.

A serventia possui 13 (treze) colaboradores, todos devidamente registrados.

Durante a correição, foram apresentadas as portarias de nomeação das Escreventes, anexadas ao presente relatório.

O prédio onde funciona a serventia é alugado. Trata-se de um galpão adaptado, composto por um amplo salão de atendimento, sala da Interina, sala de casamentos, sala administrativa, arquivo, sala para servidor de informática, cozinha e banheiro, bem como oferece acessibilidade às pessoas com necessidades especiais.

Os móveis e equipamentos são alugados e se encontram em bom estado de conservação.

A serventia encontra-se identificada, na fachada do prédio constam informações sobre os serviços prestados, os números de telefones, e-mail e site do cartório.

No momento da correição, foram apresentados os alvarás de funcionamento do prédio expedidos pela Prefeitura e Corpo de Bombeiros, anexados ao presente relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

O arquivo encontra-se em uma sala fechada, com acesso restrito às pessoas do cartório. Não obstante, verificou-se a necessidade de refrigerar o espaço, a fim de prevenir umidade no local, e, assim, garantir a conservação dos livros e documentos.

Como afirmado anteriormente, o espaço destinado ao público é amplo, sendo disponibilizado número suficiente de cadeiras, bebedouro e distribuição de senhas manuais, as prioridades são identificadas. Considerando tratar-se de serventia classe 03, com arrecadação substancial, foi recomendada a implantação de sistema eletrônico de senhas, com identificação das prioridades.

A Tabela de Emolumentos foi fixada no quadro de avisos, sem incidência de ISS, por se encontrar sob a responsabilidade de Oficiala Interina.

A serventia entrega aos tomadores do serviço recibos discriminando os emolumentos percebidos, porém não há informações sobre os valores devidos à título do Fundo de Reparelhamento do Judiciário – FRJ e do Fundo de Registro Civil – FRC.

Foi relatado que a serventia suscitou dúvida ao Juiz competente, via PJE (Processo n. 0800095-15.2024.914.0123), em janeiro de 2024, porém ainda não obteve resposta.

A serventia possui 02 (dois) servidores, um principal e outro de redundância. O *backup* em nuvem é realizado pela empresa Extradigital, que fornece o serviço junto ao Google. A registradora também faz diariamente no final do dia *backup* em HD externo, sendo levado por ela.

A serventia possui Livro de Visitas e Correições, consoante os termos do art. 185, inciso I, do Provimento n. 149/2023 – CNJ.

Assim como, possui Livro de Controle de Depósito Prévio, o qual é escriturado eletronicamente, sendo que por ocasião da correição não havia valores relevantes a serem questionados.

O Livro Diário Auxiliar encontrava-se devidamente impresso, contendo informações sobre a ordem de serviço que gerou o ato, bem como o número de protocolo, o que permite a identificação do ato praticado.

Em consulta ao Sistema Justiça Aberta do CNJ, constatou-se que este é devidamente alimentado com os valores arrecadados semestralmente.

Com relação ao registro de conteúdo eletrônico de todos os atos registrais, foi informado que existe um plano de ação relativo ao acervo de Registro Civil de Pessoas Naturais em andamento, com previsão para ser finalizado em maio de 2025, o qual foi submetido à apreciação do Juiz Corregedor Permanente da Comarca, conforme documento anexo.

Todo o acervo de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas já consta no sistema Extradital.

Ainda há pendências quanto ao acervo de Registro de Imóveis, algumas matrículas não foram scaneadas, tampouco digitalizadas. No momento da correição, foi apresentado plano de ação junto ao Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – ONR, com previsão para ser finalizado em maio de 2025.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A serventia não coloca imagem do QR Code do Selo ao final dos atos de Registro de Títulos e Documentos.

Foi relatado que os atos selados são enviados imediatamente após suas conclusões ao sistema de informação do TJPA, em observância ao art. 156 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, salvo quando ocorre algum caso fortuito, como a queda de energia.

De acordo com o Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial, a serventia não possui pendências relativas ao envio das prestações de contas mensais de atos praticados; ao recolhimento das Taxas de Fiscalização do FRJ e FRC; ao recolhimento do repasse do excedente de recita de serventia vaga; ao envio das prestações de contas de receitas e despesas de serventias vagas; às informações de receitas declaradas no sistema Justiça Aberta do CNJ e à declaração de selos.

Durante a correição, foram apresentados os seguintes documentos:

- 1- Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF da Oficiala Interina e pelo CNPJ da serventia;
- 2- Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF da Oficiala Interina e pelo CNPJ da serventia;
- 3- Cópia da última GPS (Guia de Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS);
- 4- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT pelo CPF da Oficiala Interina e pelo CNPJ da serventia;
- 5- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF pelo CEI da Delegatária e pelo CNPJ da serventia;
- 6- Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CNPJ da serventia e positiva com efeito de negativa pelo CPF da Oficiala Interina;
- 7- Declarações da DOI.

Todos esses documentos foram remetidos em PDF para o e-mail da Corregedoria e seguem anexos ao presente relatório.

Em relação ao Provimento n. 149/2023 – CNJ concernente à implantação de políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, a Oficiala Interina indicou a escrevente Naira Santos como Oficiala de Cumprimento.

Segundo a Oficial Interina, existem muitos casos suspeitos correspondentes a compra e venda de imóveis com valor muito baixo, em desacordo com o valor de mercado. Às vezes, o ITBI acompanha essa desvalorização. A serventia descreve no momento da comunicação ao Sistema de Controle de Atividades Financeira – SISCOAF o motivo da suspeita.

No momento da correição, a Oficiala Interina foi orientada a comunicar à Corregedoria-Geral de Justiça, independentemente da existência ou não de casos junto ao SISCOAF, sobre a existência ou inexistência de casos suspeitos via SIAE.

A responsável pela serventia afirmou nunca ter recebido requisições do COAF.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tendo, ainda, garantido que mantém cadastro das pessoas físicas e jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores nos atos registro de conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, §§ 1º e 2º, do Provimento 149/2023 – CNJ, mediante sistema informatizado.

A serventia se enquadra na Classe 03, para os fins do Provimento n. 74/2018 – CNJ. A cidade de Novo Repartimento não possui serviço de tecnologia. Apenas um técnico realiza o serviço, havendo a necessidade de contratação de mais 02 (duas) pessoas, a fim de se adequar ao ato normativo acima referenciado.

Com relação ao Provimento 149/2023 – CNJ e Provimento n. 10/2021 (Tratamento de Proteção dos Dados Pessoais – LGPD), foi autorizada a contratação da empresa LOTTANZIO para implementação da LGPD.

O Sr. Lucas da Costa Louzeira foi indicado como o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais.

A serventia mantém em sua unidade sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais.

A serventia disponibiliza em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações, o qual foi enviado em PDF para o e-mail da Corregedoria Geral de Justiça e segue anexo ao presente relatório.

A serventia está integrada ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos.

Quanto ao serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais, a serventia mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos tanto no formato físico como digital.

Feita a análise, por amostragem, no Livro A-069 (Nascimento), Livro B-13 (Nascimento), Livro B-Auxiliar 4 (Casamento Religioso com efeito Civil), Livro C-07 (Óbito) e Livro D-14 (Proclamas), verificou-se que estes contêm assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento.

As comunicações realizadas para efeito de anotação nos registros primitivos são feitas e recebidas via Central de Informações do Registro Civil – CRC.

Os editais de proclamas de casamento são publicadas no e-proclamas, via CRC-Nacional.

Escrevente da serventia foi nomeada Juíza de Paz, e não recebe a mais para exercer a função.

Feita a análise, por amostragem, no Livro A-72, Livro B-15 e Livro C-09, verificou-se que é observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de nascimento, casamento e óbito.

As certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade é encaminhada ao Juiz competente, via PJE.

Em correição, verificou-se que se encontram afixadas no quadro de avisos da serventia, local de fácil visualização, informações sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas certidões, conforme determina o art. 30, § 3-C, da Lei n. 6.015/1973.

A serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC, antes de proceder a lavratura de qualquer registro de nascimento, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo – DNV.

Em caso de registro de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos, a serventia informa o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Ministério Público.

Em consulta à Central de Informações do Registro Civil – CRC, verificou-se que a serventia não possui pendências.

A serventia ainda não se encontra totalmente integrada aos sistemas Central de Informações do Registro Civil - CRC e Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC, conforme relatório em anexo.

A serventia não possui unidades interligadas em funcionamento nos hospitais e maternidades.

Quanto ao serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídica, verificou-se que todos os documentos relacionados aos atos são mantidos tanto no arquivo físico como digital.

Feita a análise, por amostragem, no Livro Protocolo n. 03, constatou-se que esse atende aos requisitos previstos nos arts. 135 e 146, da Lei n. 6.015/1973, bem como é encerrado diariamente, em observância ao art. 150, parágrafo único, do referido Diploma Legal.

A serventia possui o Livro D (Indicador Pessoal) somente no formato digital, bem como possui o Livro B, para escrituração de matrícula das oficinas impressoras, jornais periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias, porém não consta nenhum registro nele.

No momento da correição, a serventia não possuía pendências junto à Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados.

Quanto ao serviço de Registro de Imóveis, a serventia possui livro protocolo também em formato físico.

Feita a análise, por amostragem, no Livro 1-G (Protocolo), verificou-se que possui os requisitos do art. 175 da Lei n. 6.015/1973, bem como o protocolo é encerrado diariamente, conforme dispõe o art. 184 da Lei n. 6.015/1973.

A serventia fornece ao tomador do serviço documento comprobatório de protocolo, conforme modelo apresentado por ocasião da correição.

O sistema Extradigital cancela automaticamente as prenotações, decorridos 20 (vinte) dias do seu lançamento no protocolo, dos títulos não registrados por omissão do interessado em atender às exigências legais, consoante os termos do art. 205 da Lei n. 6.015/1973.

O Livro 4 – Indicador Real e o Livro 5 – Indicador Pessoal são mantidos apenas em sistema.

Os documentos relacionados aos loteamentos e incorporações imobiliárias são mantidas em caixas próprias, porém sem indicação do que se trata, somente os colaboradores que trabalham com o serviço de registro de imóveis sabem localizá-las, sendo recomendável proceder a identificação.

Na atual gestão, ainda não foi realizado o registro de imóveis por estrangeiro.

Assim como, não foi aberta matrícula referente a registro de terra indígena.

Por ocasião da correição, foi apresentada nota de exigência formulada de forma clara e com os fundamentos legais, conforme exigido pelo Provimento n. 07/2022 – CGJ.

Em face do exposto, vislumbro a necessidade da adoção das seguintes providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES:

- 01.** Solicitar autorização do TJPA para adquirir aparelhos para refrigerar o arquivo (item 10). **PRAZO: 15 DIAS.**
- 02.** Solicitar autorização do TJPA para adquirir sistema eletrônico de senhas, com identificação de prioridades (item 19). **PRAZO: 15 DIAS.**
- 03.** Fornecer, independentemente de solicitação do usuário do serviço, recibo discriminado os emolumentos percebidos, bem como os valores alusivos ao FRJ e FRC (item 22). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 04.** Continuar dando cumprimento aos planos de ações relativos aos registros eletrônicos dos acervos de Registro Civil de Pessoas Naturais e de Registro de Imóveis, os quais deverão ser fiscalizados pelo Juiz Corregedor Permanente da Comarca (item 39).
- 05.** Contactar o sistema Extradigital para verificar a possibilidade de colocar imagem do selo com QR Code ao final dos atos de Registro de Títulos e Documentos (item 43). **PRAZO: 15 DIAS.**
- 06.** Comunicar, via SIAE, à Corregedoria-Geral de Justiça, independentemente da existência ou não de casos junto ao SISCOAF, sobre a existência ou inexistência de casos suspeitos (item 64).
- 07.** Adequar o contrato de prestação de serviço de informática, de modo que a serventia possa ter 03 (três) pessoas habilitadas para a realização do serviço (item 70). **PRAZO: 30 DIAS.**

RELATÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS:

- 01.** Identificar as caixas que contêm todos os documentos relacionados aos loteamentos e incorporação imobiliária (item 10). **PRAZO: IMEDIATO.**

- DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo I – Portaria de Nomeação da Substituta.

Anexo II – Portarias de Nomeação das Escreventes.

Anexo III – Nomeação da Oficiala de Cumprimento

Anexo IV – Licença Sanitária, Certificado de Dedetização e Alvarás de Licença da Prefeitura e do Corpo de Bombeiros.

Anexo V – Certidões das Fazendas Municipais, Estaduais e Federais, Certidão Trabalhista, Certificado de Regularidade do FGTS.

Anexo VI – Declaração da DOI.

Anexo VII – Guia do FGTS.

Anexo VIII – Ofício à Corregedoria-Geral de Justiça relativo ao SISCOAF

Anexo IX – Ofício à Corregedoria-Geral de Justiça relativo à CRC.

Anexo X – Ofício ao Juiz Corregedor Permanente da Comarca relativo ao Plano de Ação SIRC e CRC.

Anexo XI – Modelo de Recibo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Anexo XII – Modelo de Requerimento para Emissão de Certidão de Registro de Imóveis.

Anexo XIII – Relatório de Cargas de Registro.

Anexo XIV – Relatório FIC.

Anexo XV – Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial.

Belém, data da assinatura eletrônica.

LUCIO BARRETO Assinado de forma digital por
GUERREIRO:8176 LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176
Dados: 2025.01.20 12:08:03 -03'00'

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Corregedor da CGJ

MONICA CRISTINA DE
AZEVEDO Assinado de forma digital por
MONICA CRISTINA DE AZEVEDO
HONDA:57778698234 HONDA:57778698234
Dados: 2025.01.27 15:34:23 -03'00'

MÔNICA CRISTINA DE A. HONDA

Assessora Jurídica da CGJ